



D

Série

DIVERSIDADES



Por uma política de ações afirmativas

Problematizações do Programa
Conexões de Saberes/UFRGS

Ana Lúcia Liberato Tettamanzy
Maria Aparecida Bergamaschi
Nair Iracema Silveira dos Santos
Rafael Arenhaldt
Susana Cardoso
Organizadores



UFRGS
EDITORA

Por uma política de ações afirmativas

Problematizações do programa conexões de saberes/ufrgs

Ana Lúcia Liberato Tettamanzy
Maria Aparecida Bergamaschi
Nair Iracema Silveira dos Santos
Rafael Arenhaldt
Susana Cardoso
Organizadores


UFRGS
EDITORA

RESERVA TÉCNICA
Editora da UFRGS

© dos autores
1ª edição: 2008

Direitos reservados desta edição
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Revisão final dos organizadores
Capa: Ivan Vieira
Editoração Eletrônica: Rafael Marczal de Lima

P832 Por uma política de ações afirmativas: problematizações do Programa Conexões de Saberes/UFRGS – organizado por Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, Maria Aparecida Bergamaschi, Nair Iracema Silveira dos Santos, Rafael Arenhaldt e Susana Cardoso. – Porto Alegre: UFRGS. Pró-Reitoria de Extensão/Editora da UFRGS, 2008.

152p. : il. ; 14X21cm.

Prefácio de Sara Viola Rodrigues, Pró-Reitoria de Extensão.

Apresentação de Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, Maria Aparecida Bergamaschi, Nair Iracema Silveira dos Santos, Rafael Arenhaldt e Susana Cardoso.

Introdução de Rafael Arenhaldt.

Inclui referências.

Inclui anexos.

Inclui tabelas.

I. Educação. 2. Sociologia. 3. Ensino superior. 4. Extensão universitária. 5. Políticas públicas. 6. Inclusão social – Política educacional – Brasil. 7. Programa Conexões e Saberes – Diálogos entre Universidade e as comunidades populares. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pró-Reitoria de Extensão. Departamento de Educação e Desenvolvimento Social. II. Tettamanzy, Ana Lúcia Liberato. III. Bergamaschi, Maria Aparecida. IV. Santos, Nair Iracema Silveira dos. V. Arenhaldt, Rafael. VI. Cardoso, Susana. VII Título.

CDU 378.I

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Ana Lucia Wagner – Bibliotecária responsável CRB10/1396)

ISBN 978-85-386-0005-3

Nº do registro: 2593

Nº de obra: 707
11/11/2008

A Comissão de Ingresso Indígena: a implantação da Comissão na UFRGS, seus impasses e desafios

*Juliana Matosinho de Oliveira
Maria Aparecida Bergamaschi*

Os índios Guarani, do tronco lingüístico Tupi-Guarani, e os Kaingang, do tronco lingüístico Jê, atualmente são os principais grupos indígenas presentes no sul do Brasil. Ambas as etnias estão entre as mais populosas do país: a etnia Kaingang soma ao todo 26.000 pessoas espalhadas por quatro diferentes estados; por seu turno, os Guarani chegam a mais de 36.000 pessoas. Lideranças tradicionais e professores Kaingang e Guarani, parceiros da UFRGS em projetos de ensino, pesquisa e extensão, cultivavam o sonho de a universidade abrir suas portas para estudantes indígenas, visto considerarem intronponível a barreira do vestibular. Em Incontáveis oportunidades estiveram na Universidade discutindo a forma de ingresso, o modo de funcionamento dos cursos e forçando a universidade discutir um sistema de cotas para indígenas. “Afiml, quando a UFRGS abrirá suas portas para nosso povo?”, foi a pergunta que deixou ecoando, desde setembro de 2004, Andila Inácio Belfort, professora e liderança kaingang da Terra indígena da Serrinha, RS, por ocasião da Semana Acadêmica da Educação.

Art. 12 - No ano de 2008, serão disponibilizadas 10 vagas para estudantes indígenas cuja forma de distribuição será definida pelo CEPE, ouvidas as comunidades indígenas e a COMGRAD dos cursos demandados . A partir do ano de 2009 este número de vagas poderá ser alterado.

§1º - Institui-se a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena, que terá sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como o seu acompanhamento e inserção no ambiente acadêmico. §2º - As vagas para indígenas serão criadas, anualmente, especificamente para este fim. Aquelas que não forem ocupadas serão extintas.

Com esse artigo da Decisão I34/2007 – CONSUN, a UFRGS abre uma pequena fresta que permite o ingresso de indígenas na universidade. É um marco significativo na história da educação escolar indígena no Brasil e, especialmente no Rio Grande do Sul, pois até o presente momento apenas algumas universidades abriram suas portas para estudantes indígenas.

A primeira universidade a colocar essa inclusão em prática foi a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ): desde 1992 estudantes indígenas fazem parte do grupo discente desta universidade, número que se mostrou crescente, chegando a 55 estudantes em 2002. Segundo o diagnóstico do programa de bolsas de manutenção da *Diakonisches Werk* (FREITAS; ROSA, 2003), a quase totalidade desses estudantes são kaingang e apenas três são de fora do estado. O ingresso é através de vestibular e os cursos mais procurados encontram-se na área da Educação, sendo que 33 desses estudantes ficam distribuídos em diversas Licenciaturas. Em seguida a procura se atém ao curso Agronomia (7), seguido pelos de Enfermagem (5), de Nutrição (5), de Direito (3), de Comunicação Social e de Informática, com um aluno em cada curso. Em 2002, dez destes estudantes já haviam concluído o curso, com desempenho equivalente ao do estudante não-indígena. Sabe-se, por relato dos estudantes que freqüentam aquela universidade, que no atual momento são 45 indígenas na UNIJUÍ.

A Universidade de Passo Fundo (UPF) também oferece vagas para estudantes indígenas, assim como o Centro Universitário Metodista (IPA) e a Pontifia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), oferece, pela primeira vez, possibilidades para estudantes indígenas em Universidade Públicas Federais, a exemplo de outras tantas no Brasil: Universidade de Brasília; Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Universidade Federal de Tocantins, Universidade Federal do Paraná, entre outras, também públicas, federais e estaduais.

Além das vagas em diversos Cursos Superiores, estão sendo implementados no Brasil alguns cursos específicos para os povos indígenas. Segundo informações do Ministério da Educação, existem hoje no Brasil

200 professores indígenas graduados em cursos de licenciatura intercultural e 870, de 49 povos, fazendo formação em universidades públicas federais e estaduais de oito estados do Norte, Centro-Oeste e Sudeste. São licenciaturas para professores indígenas, inseridas no *Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas - PROLIND*.

A discussão do acesso e permanência, do modelo de ensino superior praticado no país e da responsabilidade pública com o financiamento desse nível de ensino, ganha visibilidade cada vez maior. Em relação aos indígenas, a discussão do tema é muito recente e inicialmente dá-se no contexto da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Em 1983, foi editada a Portaria 887 do presidente da FUNAI, que normatizou a concessão de Bolsas de Estudo para estudantes índios.

Um levantamento do Departamento de Educação da FUNAI realizado em 2002 identificou 1.150 estudantes indígenas em Cursos Superiores no Brasil, sendo 82 na região norte; 292 na região nordeste; 85 na região sudeste; 583 na centro-oeste e 153 na região sul. Esses dados revelam que os índices de acesso ao ensino superior da população indígena são ínfimos e não superam 0,6% da população.

A necessidade de Ensino Superior vem sendo colocada pelos povos indígenas que lutam por seus direitos, vilipendiados por séculos de colonização. Ainda hoje, muitos indígenas, desapossados de suas terras, vivem numa condição degradante, sem espaço para a reprodução plena do seu modo de ser. Para garantirem a sobrevivência das futuras gerações, está colocado a estas populações o desafio de aprender como lidar com saberes que não são próprios de sua tradição – jurídicos, lingüísticos, técnicos, etc. – e que poderão auxiliá-los em suas lutas por uma vida mais digna e plena da forma como estes compreendem esta amplitude e dignidade. A fala de uma pessoa que vive em aldeia colabora para compreendermos o sentido do Ensino Superior para os povos indígenas:

Eu vejo da seguinte forma, por exemplo, você sendo domador de uma onça, de uma pantera, você exercendo na prática é uma outra coisa, agora eu lidar, você lidar com uma pantera exercendo na prática o domínio a domesticação dela você se torna uma domadora excelente, prática, eficiente; agora se eu chego e falo pra você, eu chego e coloco as técnicas de amansar a pantera são essas daqui, você tem que ter essa postura diante do animal, você vai lá, a pantera vai te comer. Então eu vejo a relação dos conhecimentos dos índios em relação a sociedade envolvente dessa forma, uma coisa é eu chegar fazer reunião com uma comunidade e falar, os brancos são assim, assim assado, nós temos que nos comportar assim dessa forma...

Os índios eles buscam conhecer o mundo dos brancos, mas só que arraigados, presos na vida da aldeia, dificilmente eles irão dominar as ferramentas que poderão conduzi-los em algumas mudanças estruturais dentro do grupo que podem solidificar, que possam fortalecer o grupo como um povo específico. Porque hoje a relação é cotidiana, ela é direta, a sociedade indígena, a sociedade do povo Paresí e a sociedade branca, o convívio é cotidiano, os índios desconhecem o comportamento dessa fera, desse animal aqui fora, desconhecem quase por completo como domar esse animal aqui fora que é a sociedade envolvente. Há a necessidade de haver uma convivência mais intensa, uma convivência no sentido de aprendizagem, não de ser absorvido nem de assimilar os vícios que são prejudiciais ao grupo (Daniel M. Cabixi, 37 anos, Tangará da Serra).

Para dar conta do encaminhamento da decisão I34/CONSUN na UFRGS, foi nomeada uma *Comissão de Ingresso e permanência do Estudante Indígena* que tem sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como o seu acompanhamento e inserção no ambiente acadêmico. A primeira reunião ocorreu no dia 05/09/2007, às 9h, ocasião em que o Senhor Reitor, José Carlos Ferraz Hennemann, instalou a Comissão, composta por representantes da Pró-Reitoria de Graduação, da Comissão Permanente de Seleção, da Secretaria de Assuntos Estudantis, do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, além de dois professores pesquisadores da temática indígena. Desde então foram realizadas treze reuniões de trabalho para aprofundar o entendimento dessa questão, com estudos e conversas com diferentes pessoas e instituições, como: o Setor de Educação da FUNAI; a Procuradoria Geral da UFRGS; CEPI; antropólogos e indígenas.

Assim sendo, as primeiras questões colocadas à Comissão foram:

· Como ocorreu a seleção?

Através da abertura de edital para a inscrição no processo seletivo destinado a candidatos indígenas pertencentes às etnias residentes no território nacional.

Quem é indígena?

A pessoa que comprovar laços de pertencimento a uma das aldeias Indígenas do território nacional.

· Como são identificados os estudantes indígenas?

Através da carteira de identidade, cartão administrativo de nascimento da FUNAI e/ou documento fornecido pelas lideranças da comunidade indígena, avalizado pela FUNAI ou CEPI, que comprove se originário da comunidade indígena.

Os impasses

Uma instituição acostumada a lidar com o “mesmo”, quando se depara com o “diverso”, não encontra procedimentos adequados. Há impasses difíceis de resolver, como a seleção: em que medida um vestibular, mesmo que diferenciado, é o melhor instrumento para escolher quem vai ingressar na Universidade? As leis prevêem uma generalidade que não contempla os povos Kaingang e Guarani do RS. No entanto, há uma disposição positiva em ouvir as comunidades, num encontro que ocorreu nos dias 12 e 13 de novembro e, a partir desse diálogo, foram elaboradas alternativas para os impasses colocados até então. Nesse encontro foi apresentada a proposta da UFRGS, com as definições já estabelecidas e, a partir daí, foram ouvidas as comunidades indígenas frente aos desafios que apontam para o ingresso e permanência do estudante indígena na UFRGS, bem como em relação aos cursos de interesse para 2008.

Com uma presença forte e propositiva, as comunidades Kaingang e Guarani do RS apontaram as áreas da Educação (licenciaturas em História, Matemática, Pedagogia e Letras), Saúde (cursos de Medicina, Odontologia e Enfermagem), Comunicação (curso de Jornalismo), Ciências da Terra (curso de Agronomia) e Direito (curso de Ciências Jurídicas) como de maior interesse para o primeiro ano de ingresso. Também ratificaram a necessidade de um documento do cacique de cada aldeia, com anuência da FUNAI ou CEPI, afirmando o pertencimento do estudante indígena para fins de identificação na inscrição.

Quanto à permanência, foram enfáticos ao apontar para a necessidade de bolsas e de um espaço específico de moradia comunitária dos estudantes indígenas em Porto Alegre e propuseram também uma monitoria em cada curso para acompanhar os estudantes nas suas possíveis dificuldades. As lideranças reforçaram a idéia de que o curso universitário não deverá afastar o estudante de suas origens, por isso a aposta no seu retorno à aldeia para contribuir com as necessidades dos povos indígenas. Por fim, ressaltaram a necessidade de um curso de Formação de Professores (Licenciatura) específico e diferenciado e, nesse sentido, comprometeram-se em formular a proposta para a Reitoria da UFRGS.

A Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena ouviu as COMGRADs de cada curso e se preparou para receber os nove estudantes

indígenas¹ que ingressaram em março de 2008, sendo oito pertencentes à etnia kaingang e um à etnia Guarani. As principais providências deram conta da moradia, na Casa do Estudante Universitário – CEU, de um auxílio financeiro que equivale a uma bolsa mensal e da instituição de monitoria e tutoria, constituída por um estudante e um professor.

“Constituir um monitor específico em cada curso para acompanhar e auxiliar os acadêmicos indígenas nas suas dificuldades em relação ao curso escolhido” foi uma das sugestões registradas, acolhidas e colocadas em prática no início do semestre 2008/2. Nesse sentido, em cada curso freqüentado por estudante indígena, há um professor indicado pela sua COMGRAD, que é uma referência para o estudante indígena e, ao mesmo tempo, orientador de um estudante não-indígena, o referido monitor. É evidente que a instituição está diante de novas situações e que, portanto, não tem respostas prontas diante do inusitado de cada dia, bem como na definição do papel desse professor e desse aluno, tutor e monitor, respectivamente. Mas a presença dos estudantes indígenas tem suscitado reflexões bastante interessantes em relação às diferenças, constituindo situações de muitas aprendizagens.

¹ Foram oferecidas dez vagas. No entanto, no decorrer do processo seletivo, o estudante inscrito no curso de matemática não compareceu.

Por uma agenda propositiva de ações afirmativas no Ensino Superior público

Este trabalho começou em 2007, a partir de uma solicitação da Coordenação Nacional do *Programa Conexões de Saberes*, visando à elaboração de um Documento Nacional propositivo de uma agenda de Ações Afirmativas para o ensino superior público. Na experiência do Programa local este desafio foi ampliado, para o mapeamento e registro do contexto das ações na UFRGS.

As considerações apresentadas nesta obra mostram uma mudança no perfil da população que busca o acesso a esta Universidade e também da população dos que nela ingressam. Não é diferente em outras partes do Brasil, uma vez que as políticas de Ações Afirmativas já fazem parte de quase a totalidade das IES Públicas do país. Há que se destacar que em 2008, praticamente a metade dos alunos que se classificaram no vestibular da UFRGS são oriundos de escolas públicas ou de baixa renda familiar, possibilitando também a presença de aproximadamente um quinto de estudantes autodeclarados negros e de um número importante de estudantes indígenas indicados por suas comunidades. Estes são apenas alguns dados quantitativos que, no entanto, apontam para a crescente diversidade dos alunos da UFRGS dos próximos anos.

Talvez essas mudanças estejam ocorrendo mais rapidamente fora da UFRGS, que vem reformulando suas políticas de permanência dos alunos de origem popular. Ao mesmo tempo, a diversidade que se estabelece na Universidade exige uma adaptação desta, não basta apenas os que chegam a ela moldarem-se; a Universidade deve, consciente e propositivamente, avaliar e investigar sobre estas mudanças em seu interior e nas formas de relação com a sociedade. Vislumbra-se, diante deste quadro, a necessidade de um olhar no âmbito institucional, acadêmico e científico sobre a diversidade dentro da

Universidade e sobre a Universidade e a relação com esta diversidade, dentro e fora de seus muros.

Acreditamos que a UFRGS, havendo conquistado uma excelência acadêmica inquestionável no âmbito nacional e internacional, é hoje plenamente capaz de abrir suas portas e acolher uma parcela mais significativa e representativa da diversidade da população, população esta cuja maioria jamais logrou atravessar estas portas ou sequer ousou tentar.

A excelência e qualidade de uma Universidade Pública em nosso país também pode ser considerada através de sua capacidade de atender às mudanças e demandas dos diferentes setores da sociedade que dela necessitam, que com ela constroem saberes e que ao mesmo tempo a sustentam.

Com este espírito, o *Programa Conexões de Saberes* da UFRGS anuncia uma agenda propositiva de ações afirmativas para a Universidade, com a perspectiva de que esta também possa subsidiar as discussões do Programa no âmbito nacional. São propostas construídas em vários encontros no ano de 2007, com diversos grupos: estudantes e professores do *Programa Conexões*, comunidades parceiras que compõem os territórios de atuação do Programa, movimentos sociais e outros grupos que estudam a temática na Universidade.

EIXO 1 – Acesso ao Ensino Superior:

- Diversificação das modalidades de acesso, ampliando o sistema de cotas étnicas e sociais, problematizando o próprio mecanismo do vestibular e sua legitimidade e considerando outras formas de acesso.
- Isenção da taxa de inscrição do Vestibular UFRGS para estudantes oriundos de escolas públicas, bem como para os oriundos de Cursos Pré-Vestibulares Populares e para estudantes bolsistas de instituições privadas, ampliando o processo de divulgação dos critérios para isenção da taxa.
- Garantia da possibilidade de inscrição no vestibular através da reserva de vagas para alunos que tiveram a maior parte da sua trajetória escolar em instituição pública e concluíram o Ensino Médio em Escolas de Educação de Jovens e Adultos (antigo Supletivo) privado.
- Revisão da resolução que trata da reserva de vagas, no item que diz respeito à forma de classificação dos estudantes que optarem pelo sistema de cotas, pois conforme a resolução atual, os estudantes cotistas serão classificados sempre para a segunda turma nos cursos que têm duas entradas.
- Aperfeiçoamento permanente e longitudinal das pesquisas de perfil dos vestibulandos e calouros da UFRGS, bem como realização de um estudo qualita-

tivo e aprofundado para identificar de quais escolas públicas originam-se os alunos cotistas.

- Realização de estudos sobre as condições de inserção e permanência do estudante trabalhador na Universidade.
- Garantia de uma maior articulação da Universidade com as escolas públicas na perspectiva da divulgação das Ações Afirmativas e do novo modelo de acesso com reserva de vagas para estudantes oriundos das escolas públicas (cotas sociais e étnico-raciais).
- Fomento de projetos de pesquisa e extensão que tenham como temática a democratização do acesso ao Ensino Superior.
- Apoio a núcleos de estudos e pesquisa, grupos de trabalho, projetos e políticas sobre Ações Afirmativas, História da África e História Ameríndia.
- Estímulo a políticas de publicação nas áreas de Ações Afirmativas, Cultura da África, Ameríndia e Diversidade.
- Criação de espaços de discussão sobre a lógica meritocrática e política de cotas.
- Promoção de calouradas, acolhimentos, recepções, “troles” educativos e formativos na perspectiva das Ações Afirmativas no âmbito e no espaço acadêmico.
- Constituição de comissões de estudantes para integração e acolhimento dos cotistas.
- Criação do Portal de Ações Afirmativas da UFRGS possibilitando a ampla divulgação e o esclarecimento da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

EIXO 2 – Condições de permanência

- Unificação dos programas e políticas de permanência articulando-os com um programa nacional de Ações Afirmativas no Ensino Superior, considerando:
 - a revisão das atuais modalidades de apoio à permanência. Exemplo: permanência via Assistência Estudantil; a necessidade da expansão do número de bolsas permanência; a vinculação obrigatória das atividades de bolsas na área de formação dos estudantes, dotando o trabalho de sentido pedagógico e evitando a substituição do servidor pelo estudante, o que precariza as relações de trabalho; destaque para o enfoque pedagógico das bolsas permanência, no sentido de serem vinculadas com a extensão e pesquisa.
 - a consolidação do *Programa Conexões de Saberes* como Ação Afirmativa no Ensino Superior, garantindo a bolsa para estudante de origem popular durante o tempo de duração do curso.
 - a unificação dos valores das bolsas de permanência, de acordo com a modalidades da CAPES e do CNPq.
 - a necessidade da expansão do número de bolsas permanência, nas modalidades de extensão, iniciação científica e Pós-Graduação.
 - a revisão dos critérios de seleção para bolsas de ensino, pesquisa, extensão e PET (Programa de Educação Tutorial), estabelecendo percentuais para cotistas e alunos de origem popular.

- Ampliação do número de vagas nas Casas de Estudantes e Restaurantes Universitários.
- Criação de uma Ouvidoria para denúncia de casos de discriminação, preconceito e racismo na Universidade.
- Acompanhamento e implementação de uma política de permanência para os cotistas na UFRGS. Necessidade de acompanhar o desempenho acadêmico dos cotistas, buscando parâmetros e termos comparativos com o não cotistas (avaliação e intervenção permanente acompanhado por uma equipe multidisciplinar).
- Implementação da lei Nº 10.639-2003 (História e cultura afro-brasileira) no espaço acadêmico, na perspectiva de verificar, apoiar e tensionar a oferta do ensino da História e Cultura Africana e Afro Brasileira, principalmente nos cursos de Licenciaturas, buscando o reconhecimento desta cultura no âmbito da Universidade.
- Preparação, sensibilização e formação dos professores, técnicos administrativos e serviços terceirizados (segurança, limpeza, etc) no que tange ao acesso de estudantes cotistas e estudantes oriundos de territórios populares.
- Organização de discussões entre estudantes nos diversos cursos.
- Inserção do tema “Ações Afirmativas na Universidade” no plano do PAAP (Programa de Aperfeiçoamento e Apoio Pedagógico), para novos professores.
- Constituição de uma política de auxílio transporte e linha intercampus.
- Investimento em infra-estrutura e manutenção dos espaços de aprendizagem como: laboratórios de informática, salas de leitura, armários, ampliação do acervo das bibliotecas, bem como uma política de apoio aos estudantes que necessitam de materiais específicos aos cursos de graduação, como máquinas fotográficas, calculadoras, material de arquitetura, odontologia, etc.
- Garantia de Ações Afirmativas articuladas entre as COMGRADs dos Cursos, bem como entre Prograd, Diretórios Acadêmicos, Comissões e demais segmentos, setores e departamentos da Universidade.
- Reserva de vagas para bolsas na Pós-Graduação com critério socioeconômico.
- Valorização da Extensão como um dos pilares de sustentação da Universidade no sentido de potencializar o diálogo entre o saber científico e o saber popular, bem como potencialização dos laços de pertencimento do estudante de origem popular com sua comunidade.

EIXO 3 - Agenda de ações afirmativas para o Programa Conexões de Saberes da UFRGS

- Promover discussões nos cursos de origem dos bolsistas do Programa, divulgando políticas de Ações Afirmativas, examinando a programação de trotes e articulando ações com as COMGRADs e Diretórios.

- Socializar e compartilhar a publicação *“Por uma Política de Ações Afirmativas na UFRGS: Problematizações do Programa Conexões de Saberes”* com a Comunidade Universitária através de eventos (fóruns, atividades, seminários).
- Ampliar o diálogo das Ações Afirmativas com as Comunidades Populares e os Territórios do *Programa Conexões de Saberes/UFRGS*.
- Manter a realização anual do *Seminário Local do Programa Conexões de Saberes*.
- Propor ações de intervenção, extensão e pesquisa sobre a temática “Ações Afirmativas na Universidade”.
- Realizar ações do *Território Conexões Afirmativas* junto às Escolas Públicas de Ensino Médio na perspectiva da informação das Ações Afirmativas e do novo modelo de acesso com reserva de vagas para estudantes oriundos das escolas públicas (cotas sociais e étnico-raciais).
- Criar metodologias de avaliação do impacto da participação do estudante no *Programa Conexões de Saberes*, considerando sua relação com o curso de origem, seu desempenho e condições de permanência na universidade.